

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/01/2015 - Edição 1190

Tentativa de pelegos de impedir registro sindical do Sindforte-RN revolta vigilantes



Mais uma vez pessoas ligadas à Federação dos Vigilantes do Norte e Nordeste (Fesvine) se levantaram contra os vigilantes do Rio Grande do Norte. Atendendo a interesses particulares, patronais e de sanguessugas do movimento sindical, um grupo ligado a esta entidade ingressou junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) com pedido de impugnação ao processo de registro sindical do Sindicato dos Vigilantes de Transporte de Valores do Rio Grande do Norte (Sindforte-RN) no mês de dezembro.

O Sindforte-RN é resultado do

abandono e humilhação em que se encontravam os trabalhadores de carro-forte do Estado quando representados pelo Sindvigilantes. A situação agravou-se ao ponto de vigilantes serem tratados como escravos pelas empresas Brinks e Prosegur. Mesmo suspenso pela justiça, sem legitimidade alguma e sem eleição há quatro anos, o Sindvigilantes ainda tenta fazer com que a categoria volte para esta realidade criada por eles.

Na contramão disso, surgiu o Sindforte-RN que, mesmo sem registro sindical, possui personalidade jurídica (CNPJ, registro em cartório, etc.), tem feito negociações vitoriosas, conquistando na justiça ganhos para os vigilantes. “Sem contar as ações no âmbito de representação política em todos os sentidos”, avaliou o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura.

Para o presidente do Sindforte-RN, Tertuliano Santiago, estas ações são de um grupo que não quer ver a categoria crescer. “Eles se colocam como direção de um sindicato que sequer existe. É um grupo fraudulento, criminoso. Não são diretores,

não têm aval da categoria e insistem em se levantar contra os trabalhadores”, denunciou. “Vamos entrar com ação contra estas pessoas que se dizem parte de uma diretoria e que tentam prejudicar toda uma categoria, orientados por Frank e sua corja. Não vamos ficar de braços cruzados enquanto eles tentam destruir uma história de luta e superação”, assegurou Santiago.

A CNTV repudia qualquer tentativa de supostas lideranças do movimento sindical contrária aos interesses dos trabalhadores. “Não vamos aceitar que tentem atrapalhar a organização e a luta por dignidade e sobrevivência dos vigilantes de carro-forte”, concluiu.

Fonte: CNTV



Vigilantes realizam assembleia geral no dia 15, com indicativo de greve



Em resposta a indiferença dos patrões às reivindicações dos trabalhadores vigilantes do Distrito Federal, a categoria realizará assembleia geral com indicativo de greve no dia 15 de janeiro, às 19h30, na Praça do Cebolão. “Até agora não tivemos nenhuma proposta da

parte das empresas, que rejeitaram todas as nossas reivindicações na última mesa de negociações que aconteceu um pouco antes das festas de fim ano”, explica o vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do DF, Paulo Quadros.

Entre as reivindicações dos vigilantes, está o reajuste salarial de 15%, auxílio-refeição de R\$ 30 e melhorias nas condições de trabalho.

Os trabalhadores, que fazem escala de 12h/36h e sofrem diversos riscos contra a integridade física no ambiente de trabalho, reivindicam ainda a criação de um Piso Nacional

Salarial para a categoria, no valor de R\$ 3 mil. Atualmente, a maior parte dos vigilantes do Distrito Federal ganha cerca de R\$ 2 mil.

A mobilização pela Campanha Salarial de 2015 começou no início de dezembro, quando o Sindicato promoveu diversas assembleias regionais. Além das assembleias, onde os trabalhadores tiveram a oportunidade de dialogar e refletir sobre seus principais desafios para o novo ano, foi realizado Seminário Nacional, com a participação de cerca de 300 lideranças sindicais.

Fonte: CUT Brasília

CNTV parabeniza entidades pelos eventos festivos de fim de ano

Em dezembro de 2014, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), representada pelo presidente da entidade, José Boaventura, teve a honra de participar das comemorações do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e do Sindicato Intermunicipal de Vigilantes do Rio Grande do Norte (Sindsegur/RN).

A diretoria da CNTV parabeniza o empenho das entidades para realizar as festas de confraternização e agradece pela recepção fraterna dos vigilantes e de seus familiares. A união dos trabalhadores, tanto nas festividades quanto nos dias de luta, é que fortalecem a categoria.

Fonte: CNTV



Sindicato de Petrópolis reúne lideranças sindicais em confraternização de fim de ano



Presidente da CNTV, José Boaventura participa de confraternização e prêmios em Natal (RN)



Com bancada reduzida, trabalhadores temem retrocesso no Congresso

Com a menor bancada sindical no Congresso Nacional desde 1988, quando 44 sindicalistas compunham a representação no Legislativo, segundo levantamento do Sindicato de Servidores Públicos Federais (Sindsep), trabalhadores temem o retrocesso de direitos adquiridos ao longo dos últimos anos. O número de representantes da categoria no Legislativo caiu pela metade, de acordo com os resultados das urnas em outubro, e passará dos atuais 83 parlamentares para 46 a partir de fevereiro deste ano.

Por outro lado, a bancada empresarial que defende interesses de diversos setores manteve composição significativa na Câmara e no Senado, apesar de perder mais de 50 representantes na próxima legislatura. Os empresários passarão dos atuais 246 parlamentares para 190 no dia 1º de fevereiro.

Todos os números no Congresso podem mudar com as definições do Planalto sobre os cargos no Executivo, mas, ainda que nomes sejam cotados, o equilíbrio de forças dificilmente será alcançado. Do lado dos sindicalistas estão outros setores considerados vulneráveis como os movimentos indígenas e a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis).

Diante dos resultados das urnas, especialistas do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) concluíram que a nova composição do Congresso é a mais conservadora desde 1964, pelo número de parlamentares eleitos ligados a segmentos militares, policiais, religiosos e ruralistas. O analista político do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, prevê que com essa composição, a tendência é que “algumas conquistas, como a garantia dos direitos humanos, sejam interrompidas ou até regridam”.

Levantamento do Diap mostrou, por exemplo, que, enquanto nenhum dos candidatos que se autodeclarou indígena foi eleito para a Câmara dos Deputados, a bancada ruralista cresceu. Números da Frente Parlamentar da Agropecuária



O número de representantes da categoria no Legislativo caiu pela metade, de acordo com os resultados das urnas em outubro. Foto: José Cruz/Agência Brasil

revelam que os representantes do setor passarão dos atuais 14 senadores e 191 deputados para 16 senadores e 257 deputados.

O novo cenário pode significar a retomada de matérias como a proposta de emenda à Constituição (PEC 215/00) que é alvo de protesto de grupos indígenas. O texto, que deve ser arquivado sem votação com o fim da atual legislatura, transfere a competência da União na demarcação das terras indígenas para o Congresso e possibilita a revisão das terras já demarcadas.

No caso de policiais e setores vinculados, como o de apresentadores de programas policiais, foram eleitos 55 deputados, como o delegado da Polícia Federal Moroni Torgan (DEM), candidato mais votado do Ceará, com 277 mil votos, e o coronel da reserva da Polícia Militar Alberto Fraga (DEM), o mais votado no Distrito Federal, com 155 mil votos. Parte desses nomes defende propostas como a revisão do Estatuto do Desarmamento.

Na mesma linha, mais de 464 mil eleitores do Rio de Janeiro decidiram reeleger o atual deputado Jair Bolsonaro (PP), militar da reserva que segue para o sétimo mandato. Por outro lado, no mesmo estado, a população também elegeu, com mais de 144 mil votos, o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), principal

nome ligado ao movimento LGBT.

Para o cientista político Wagner de Melo Romão, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), esse tipo de contradição que se repetiu em outros estados reflete o “movimento múltiplo e plural” que se manifestou nos protestos de junho do ano passado. “Não podemos ser muito alarmistas. Acho que o novo Congresso acaba expressando o que está presente na sociedade brasileira. Se por um lado a gente fala de crise de representação, por outro lado nossas instituições estão funcionando, dando sentido a algo que está presente no eleitorado”, afirmou.

Romão reiterou que “junho significou a exposição mais clara de um acirramento que vem ocorrendo na sociedade, em que as posições políticas estão cada vez mais evidenciadas e radicalizadas”. Ele alertou para a diluição de partidos que comporão o Legislativo no próximo ano, considerando que na Câmara, por exemplo, o número de legendas representadas passará das atuais 22 para 28, a relação de parlamentares ligados a grupos de interesses específicos pode dificultar avanços de matérias sociais consideradas prioritárias pelo governo. “Vão acabar impondo seu poder de veto a eventuais modificações”, disse.

Para Wagner Romão, a relação

com o Executivo, que “é sempre muito difícil no âmbito federal, desde o início do governo Lula”, tende a se acirrar. “A base de governo, a maioria criada pelo Executivo, nunca foi totalmente estável. A gente pode verificar que na maioria das votações, quando há acordo e negociações, o governo tende a vencer porque constitui uma maioria, no entanto em algumas votações mais polêmicas, essa base não se mostra tão forte assim. Isso tende a se aprofundar”.

Se no Congresso o PT e o PMDB

perderam parlamentares e o governo ainda contabilizou queda no apoio de legendas como o PSB, nos estados, a fragmentação se repetiu. “Mas, o que a gente vê nos estados é que os governadores conseguem manipular, com mais facilidade, nos seus rincões, essa divisão tão grande de partidos. Coisa diferente do que ocorre no plano federal”, disse Romão.

O PMDB elegeu sete governadores, entre eles os do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, o maior número entre as legendas. Do PT foram

eleitos cinco nomes nos estados, entre eles os dos governadores de Minas Gerais e da Bahia. Os tucanos conquistaram cinco governos e o PSB elegeu três governadores. O PSD conquistou a chefia de dois governos estaduais e o PDT, também de dois.

Pelo PCdoB foi eleito o governador do Maranhão, pelo PROS, o governador do Amazonas, e o PP elegeu a única governadora do país, Suely Campos, de Roraima.

Fonte: Agência Brasil

Presidente do TST defende no STF súmula contra atividade-fim terceirizada



Ministro Barros Levenhagen, presidente do TST

Ao criar uma súmula que impede a terceirização de atividades-fim, o Tribunal Superior do Trabalho assegurou “a igualdade de condições de trabalho e de salários” e ajudou a solucionar conflitos, sem ter se “aventurado” a substituir o Poder Legislativo. Assim afirmou o presidente da corte, ministro Barros Levenhagen, ao responder questionamentos feitos pelo Supremo Tribunal Federal sobre a Súmula 331, editada em 1994.

A norma é alvo de ação movida pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). A entidade quer que o STF declare inconstitucional a interpretação de que serviços terceirizados só podem ocorrer em três situações específicas - trabalho temporário, segurança e conservação e limpeza - e em uma hipótese geral - quando os serviços se relacionam à atividade-meio do empregador. Para a

Abag, essas restrições da súmula violam preceitos constitucionais, como o da livre iniciativa.

O relator do caso é o ministro Luís Roberto Barroso. Ele pediu em dezembro que o TST justificasse a aplicação da tese, e a resposta foi protocolada na última terça-feira (30). No ofício, Levenhagen defende que a corte agiu com “o anseio de proporcionar solução equânime para solução dos conflitos” envolvendo terceirizados e empregados permanentes de empresas.

Diante da falta de leis e “roupagem jurídica” sobre essa forma de contratação, foi formulada uma “fonte subsidiária de Direito”, e não “regra de hermenêutica”, afirmou o ministro. Segundo ele, o objetivo foi preservar princípios constitucionais como do valor social do trabalho e da isonomia laboral.

“É de bom alvitre ter em mente que a terceirização de serviços se qualifica como fenômeno genuinamente econômico, em que o seu indisfarçável objetivo é o de proporcionar maior rendimento para as empresas, com a confessada redução dos custos de mão de obra”, declara o presidente do TST.

Ele aproveita para sugerir que Barroso não reconheça a repercussão geral da matéria, por entender que a autora deveria ter questionado uma determinada decisão judicial, e não a Súmula 331. Como a repercussão geral levaria ao sobrestamento ou a suspensão das ações com questões

semelhantes em todo o país, Levenhagen demonstra preocupação com esse possível reconhecimento.

Para analisar a questão, Barroso já solicitou que a Abag demonstre ter associados mantenedores em nove estados - requisito para levar o assunto ao Supremo. O relator ainda determinou que a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da República se manifestem. Ao menos quatro entidades pediram para ingressar como amicus curiae, entre elas a Confederação Nacional do Sistema Financeiro e a Associação Brasileira de Telesserviços.

Em debate

Além do processo movido pela Abag (ADPF 324), tramita no STF o caso de uma empresa de celulose que foi condenada por contratar funcionários de empreiteiras para reflorestamento (ARE 713.211). A corte ainda reconheceu repercussão geral de um processo sobre a terceirização de call center em empresas de telefonia (ARE 791.932). Enquanto isso, projetos de lei em andamento no Congresso tentam regulamentar a terceirização.

A PGR já classificou como fraude a terceirização de atividades-fim. Segundo parecer do órgão, países como Alemanha, Espanha e França consideram que só existe a relação empregatícia direta entre quem presta o trabalho e quem se beneficia dele.

Fonte: Consultor Jurídico

Multas da Polícia Federal contra bancos atingiram R\$ 19 milhões em 2014

A Polícia Federal (PF) aplicou multas de R\$ 19,062 milhões contra 20 bancos por falhas na segurança de agências e postos de atendimento bancário, durante as quatro reuniões ocorridas em 2014 da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), em Brasília. O montante significa um crescimento de 535,90% em relação a 2012, quando os bancos foram multados em R\$ 3,557 milhões.

O levantamento foi elaborado pelo Dieese, com dados da Contraf-CUT, que representa os bancários na CCASP. Também integram a CCASP representantes do governo e entidades dos vigilantes e dos empresários. A Febraban é a porta-voz dos bancos.

O Banco do Brasil foi bicampeão, com multas de R\$ 5,089 milhões, seguido do Itaú com R\$ 4,585 milhões, do Bradesco com R\$ 3,449 milhões, do Santander com R\$ 2,986 milhões, da Caixa Econômica Federal com R\$ 1,593 milhão e do HSBC com R\$ 557,61 mil.

O crescimento das multas é resultado do aumento da quantidade de reuniões da CCASP (em 2012 ocorreram somente três), o que representou o julgamento de maior número de processos contra bancos, abertos pelas delegacias estaduais de segurança privada (Delesp), por causa do descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e de portarias da Polícia Federal.

As multas foram aplicadas em reuniões da CCASP, presididas pela delegada Silvana Helena Vieira Borges, titular da Coordenadoria-Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP).

As principais irregularidades punidas foram o número insuficiente e a falta de renição de vigilantes no horário de almoço, alarmes e portas giratórias inoperantes, transporte de valores feito ilegalmente por bancários, inauguração de agências



O secretário Geral da CNTV, Cláudio José, representou a entidade na 103ª reunião da CCASP, realizada em 19 de novembro, nas dependências da PF em Brasília

sem plano de segurança aprovado pela PF e cerceamento da fiscalização de policiais federais, dentre outras.

Nas reuniões da CCASP houve também aplicação de multas e outras penalidades contra empresas de segurança, vigilância e transporte de valores e cursos de formação de vigilantes, igualmente por descumprimento da legislação federal e das normas da Polícia Federal.

Bancos não priorizam segurança

“Essa aplicação de multas revela, por um lado, que melhorou o trabalho da Polícia Federal, e por outro que os bancos não priorizam a segurança dos estabelecimentos”, avalia o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

“Os bancos ainda enxergam a segurança como custo, que pode ser reduzido para aumentar ainda mais os lucros, e por isso agem com negligência, em vez de respeitarem a legislação e fazerem mais investimentos para prevenir assaltos e sequestros e proteger a vida dos bancários, vigilantes e clientes”, salienta Ademir.

“Essas multas comprovam que

os bancos continuam atuando com descaso na segurança dos estabelecimentos. Todos esses recursos poderiam estar sendo investidos na preservação da segurança dos bancários, vigilantes, clientes e comunidade em geral”, afirma o diretor da Fetrafi-RS e representante da Contraf-CUT nas últimas reuniões da CCASP, Lúcio Mauro Paz.

“Precisamos intensificar em 2015 as denúncias acerca do descumprimento da legislação federal de segurança bancária junto à Polícia Federal, a fim de ampliar a fiscalização para forçar os bancos a respeitarem essa lei que protege a vida de trabalhadores e clientes”, defende Lúcio.

“Esperamos que em 2015 os bancos tratem a segurança com zelo e prioridade e façam mais investimentos, porque recursos financeiros não faltam para o setor que apresenta ano a ano lucros cada vez mais abundantes”, enfatiza Ademir.

Conforme estudo do Dieese, com base nos balanços publicados, os cinco maiores bancos (BB, Itaú, Bradesco, Caixa e Santander) lucraram R\$ 28,3 bilhões no primeiro semestre de 2014, enquanto as despesas de segurança e vigilância somaram R\$ 2,4 bilhões,

o que representa média de 8,6% em relação aos lucros auferidos.

A pesquisa nacional feita pela Contraf-CUT em parceria com a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) revelou que houve 32 mortes em assaltos envolvendo bancos no primeiro semestre deste ano, reforçando o descaso dos bancos com a segurança. “É inaceitável que

tenhamos mortes, feridos e pessoas traumatizadas por falta de segurança nos bancos”, ressalta Ademir.

“Além de mais investimentos dos bancos em segurança, esperamos que o segundo governo Dilma retome a análise do projeto de lei do estatuto de segurança privada, em elaboração no Ministério da Justiça. Queremos a atualização

com avanços da lei nº 7.102/83, garantindo novos equipamentos de prevenção contra assaltos e sequestros e colocando a proteção da vida das pessoas em primeiro lugar”, conclui o dirigente da Contraf-CUT. A próxima reunião da CCASP em 2015 está agendada para o dia 4 de março.

Fonte: Contraf-CUT com Dieese

Jovem negro corre 5 vezes o risco do branco de ser morto no Nordeste

Ser jovem e negro no Brasil é correr 2,5 vezes o risco de morte de um jovem branco. No Nordeste, esse perigo é de cinco vezes. Na Paraíba, 13,4.

É o que aponta o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (IVJ 2014), pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a pedido do governo federal, que deve divulgá-la nos próximos dias.

O estudo calculou taxas de homicídio ponderadas de jovens negros (pretos e pardos) e brancos, de 12 a 29 anos, a partir de dados de 2012 do Datasus (banco de dados do Sistema Único de Saúde), em que o indicativo de cor é preenchido por agentes de saúde.

A pesquisa concluiu que a desigualdade racial cotidiana do país encontra sua expressão mais aguda na comparação dos dados de morte por homicídio da juventude.

Com exceção do Paraná, todas as outras unidades da Federação têm maior risco de morte por homicídio para o jovem negro que para o branco.

Os casos mais graves são Paraíba (risco de 13,4 vezes), Pernambuco (11,5), Alagoas (8,7), Distrito Federal (6,5) e Espírito Santo (5,9).

No outro extremo, bem abaixo da média nacional, estão Tocantins (1,8), Rio Grande do Sul (1,7), São Paulo (1,5), Santa Catarina (1,4) e Paraná (0,7) - único em que o jovem branco tem mais risco de

ser alvo de homicídio que o negro.

Dos quase 30 mil jovens assassinados em 2012, 76,5% eram negros ou pardos. Ou seja: morreram 225% mais jovens negros do que brancos.

De 2007 a 2012, enquanto o total de homicídios de jovens brancos caiu 5,5%, o de jovens negros subiu 21,3%.

O estudo deve orientar políticas públicas para a juventude e responde a campanhas e protestos dos movimentos negro e de direitos humanos que apontam para o

fenômeno como um genocídio da juventude negra brasileira.

Entre suas recomendações, o IVJ 2014 indica que políticas públicas para a juventude negra podem acelerar não só a redução da desigualdade racial mas também a da violência no Brasil.

“É uma tragédia e uma questão civilizatória”, diz José Luiz Ratton, sociólogo da UFPE. “É impossível pensar o desenvolvimento do país com taxas de homicídio como estas.”

Fonte: Folha de S.Paulo



**BASTA
AO GENOCÍDIO
DA JUVENTUDE NEGRA**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF